

1 **MEMÓRIA DA 24ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA**  
2 **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPAC**

3  
4 Data: 09 de novembro de 2017. Início: 9h08min; Fim: 15h34min

5 Local: Hotel Albacora, Centro, Japaratinga-AL.

6 Relator: Fabiano Pimentel Ribeiro (Cepene/ICMBio - Conselheiro Suplente)

7  
8 **Abertura da Reunião:** às 9h08min do dia 09 de novembro de 2017, o Presidente do  
9 Conselho Iran Normande dá boas-vindas aos participantes da reunião, e passa a palavra  
10 para a Secretária do Conselho, Ana Paula, apresenta proposta de pauta para reunião,  
11 constituída com os seguintes informes: fiscalização para o verão, andamento do projeto  
12 Terramar, Portal dos Visitantes, Pesquisa questionário da Análise de resiliência Recifal,  
13 andamento da Revisão do Plano de Manejo, Pesquisa da Fundaj. A secretária apresenta  
14 as seguintes pautas: 1. Ordenamento da visitação; 2. Plano de Recuperação do Rio  
15 Persinunga; 3. Moção de apoio para participação do ICMBio na Compram; 4. Criação  
16 do Grupo de trabalho dos Comdemas; 5. Plano de Ação do Conapac 2018; 6.  
17 Resultados da Tese da Dra. Beatriz Mesquita. A plenária aprovou a pauta. Após a  
18 aprovação da pauta, a secretária considera algumas alterações da memória da 23ª  
19 Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Apa Costa dos Corais, as quais: nas linhas 72  
20 a 74, o Conselheiro Bill sugeriu inclusão do “Rio Mamucaba”, quando na verdade se  
21 referia ao “Rio Manguaba”; na linha 165, a conselheira Jéssica solicita esclarecimento  
22 sobre o sentido da frase, mas ninguém da plenária soube responder, e como a fala era do  
23 Conselheiro do Vandick, e o mesmo não estava presente, não houve esclarecimento; na  
24 linha 200 e 299 a conselheira Jéssica corrigi as siglas “Condema” para “Comdema”; e  
25 por último, nas linhas 140 e 141 foram corrigidas questões relacionadas à Nota Técnica  
26 16 2017. Após as considerações a memória foi aprovada.

27  
28 **Informes:** O presidente informa que a fiscalização no próximo verão se intensificará em  
29 Pernambuco PE, com auxílio da IMA, CPRH e Ibama/PE, com foco nas praias, nas  
30 construções irregulares, e aproveita para convidar as prefeituras para se juntarem à  
31 tarefa. A assessora técnica da Costa dos Corais, do Terramar, Fabiana Cava, informa  
32 que está mapeando os atores sociais e que o projeto lançou edital para contratação de  
33 consultor para elaborar o Zatan na Praia dos Carneiros, também informa que está  
34 participando das discussões do Projeto Orla em Sirinhaém/PE. O Analista Ambiental  
35 Ulisses solicita a Bolsista do GefMar Carolina Neves para informar sobre o andamento  
36 da Revisão Plano Manejo. Carolina que já foram realizadas 16 reuniões envolvendo  
37 mais de 600 pessoas, incluindo todos os atores, nas discussões do Plano de Recuperação  
38 das Espécies Ameaçadas e do mapeamento dos usos dos recursos naturais pelo setor  
39 turístico, informou também que estão acontecendo expedições de campo para avaliação  
40 das áreas e aplicando-se o protocolo de visitação. O bolsista do GefMar, Pedro, que as  
41 expedições absorvem demandas das zonas de visitação e mapeiam os conflitos locais. O  
42 bolsista informou que está sendo utilizado o protocolo de monitoramento desenvolvido  
43 no seminário de pesquisa realizado na Apa Costa dos Corais. O presidente informou que  
44 está prevista uma consultoria para elaboração do Portal do Visitante com objetivo de  
45 melhorar a gestão da visitação, abrangendo arrecadação, rodízio, monitoramento, etc. O  
46 presidente informou que para ser viável economicamente o sistema tem que abranger  
47 toda a unidade de conservação. De acordo com o Conselheiro Leonardo, a questão da  
48 visitação das piscinas naturais tem que estar bem clara para a sociedade com objetivo de  
49 esclarecer que essa gestão se trata processo de privatização da visitação das piscinas. A  
50 Profa. Paula, da UFRPE, juntamente com duas alunas, reapresenta do projeto de

pesquisa com finalidade de esclarecer a aplicação de questionário à plenária. A conselheira Beatriz, da Fundaj, apresenta o bolsista Cláudio, e informa sobre pesquisa que será realizada na unidade baseada nas atas das reuniões do Conapac. A conselheira Beatriz concede a palavra à pesquisadora da Fundaj, Juvenita, que informa sobre pesquisa sobre as unidades de conservação como lugares educadores formais e não formais, pesquisa que está sendo realizada na Apa Costa dos Corais, Resex Acaú-Goiana, Parque Nacional do Catimbau, e RDS Estadual de Ponta do Tubarão/RN.

**Pauta 1: Ordenamento da visitação na APACC (São José da Coroa Grande, Ponta de Mangue, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres).** (Anexo I) Apresentação do

Analista Ambiental Eduardo Almeida (Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais>). Após a apresentação, o analista Eduardo franqueou a palavra à plenária. O Conselheiro Lucas, citando a minuta da portaria, explica a necessidade de adição de modalidade de embarcação, em São José da Coroa Grande, pois, também, embarcações do tipo “toc-toc” trabalham na localidade. O Conselheiro propõe, também, a troca do nome da piscina natural “Baliza” por “Lagoa Azul”, e questiona se o número balizador pode ser modificado, pois, na piscina Baliza, de acordo com o Conselheiro, pode-se aumentar a área de banho e aumentar o número de visitantes. O Conselheiro propõe a retirada das piscinas de São José da Coroa Grande da portaria, e que seja feita uma revisão com vários atores de São José da Coroa Grande. O Conselheiro Leonardo passa palavra para pesquisadora Simone, que questiona as sobreposições entre áreas de visitação e áreas de pesca, questiona como será controle, e a forma como está sendo decidido o uso desses espaços. O Conselheiro Leonardo questiona se há plano para esse controle. O presidente diz que a inclusão dos “toc-toc” e a alteração nos nomes das piscinas, na portaria, não tem problema, e que a decisão de não incluir as piscinas de São José da Coroa Grande no ordenamento causa surpresa, pois, segundo o presidente, se trata de uma oportunidade política, e que se as piscinas não entrarem no ordenamento, só poderão entrar em 2019, significando mais dois verões sem controle do turismo de São José da Coroa Grande. O presidente defende que a posição da unidade é se faça inclusão, e que quando as piscinas estiverem no Plano de Manejo os ajustes terão mais celeridade. O analista Eduardo diz que não vê problema nas modificações de nome das piscinas e sugere que na portaria sejam considerados os nomes conhecidos pelos diversos atores sociais. O presidente diz que tem que haver equilíbrio no compartilhamento do uso entre o turismo e a pesca, diz que há migração de pescadores para atividade turística, e que pescadores estão pedindo áreas para visitação. O presidente diz que o maior desafio é conservar a biodiversidade nesse contexto, e que controle da visitação é um desafio, e que conta com as prefeituras como parceiras para fiscalizar as áreas. O presidente reitera que se o portal do visitante funcionar vai melhorar o acompanhamento. O presidente cita acordo de cooperação técnica para amarrar com as prefeituras as contrapartidas, informa que esse processo está mais adiantado em Maragogi. O Conselheiro Leonardo questiona em se oficializar áreas ainda sem controle. O presidente informa que nas áreas que estão sendo oficializadas os respectivos secretários municipais estão empenhados, e lembra que é o primeiro passo se iniciar o controle, e que os municípios não tem como se adiantar se não tem esse número balizador. O Conselheiro Lucas diz que está a favor do regramento, e a preocupação é atender todos os atores, concorda em inserir as piscinas de São José da Coroa Grande na minuta atual, mas solicita ajustar os números balizadores e efetivação dos monitoramentos. O presidente informa que o ICMBio se compromete em fazer o monitoramento para refinamento dos números balizadores. O analista Eduardo informa tem que se fazer isso para refinar. O Conselheiro Severino

sugere especificar “caícos” na portaria. O presidente informa que em São Miguel dos Milagres estão categorizados como jangada com propulsão mista, em Ponta do Mangue também está se propondo jangadas. O Conselheiro Sérgio Lira informa que está preocupado com Ponta do Mangue devido a embarcações de grande porte e sugere discussão para o assunto. A conselheira Izabel informa que não tem receptivos de boa qualidade e que os pescadores precisam de orientação para migrar para a atividade de turismo. O Conselheiro Pedro informou sobre uso dos recursos pesqueiros em Porto de Pedras para suprir um evento de casamento, informou também que foram contratadas várias jangadas para visitação nas piscinas. O presidente informou que tem que ter autorização da Apacc para realização de eventos. O Conselheiro Leonardo passou a palavra para Luciano que questionou se existe prazo para regulamentação em Tamandaré, porque já existe muita demanda para a piscina Pirambu. pq as lanchas já estão chegando... O presidente informou que está sendo analisada a piscina Pirambu e que deverá ser formalizada com a publicação do Plano de Manejo em 2019. O Conselheiro Antonio sugere que em Ponta de Mangue todos deveriam usar jangada num prazo de 180 dias. A plenária aprova por consenso 180 dias com prazo para todos de Ponta do Mangue usarem jangadas. O Conselheiro Leonardo informa sobre grandes ônibus de excursão e volume alto de som na visitação do Rio Tatuamunha. O presidente informa que o Plano de Manejo é quase omisso em relação a essa questão, e diz que em Maragogi já saiu recomendações para uso da orla, com seminário sobre passeio da orla e mergulho. O Conselheiro Leonardo questiona se existe possibilidade de mais rapidez no processo. O presidente informa que prefeitura fez pedido ao SPU para gestão do espaço na localidade, mas pode-se colocar na revisão do Plano de Manejo. A conselheira Andrea diz que o Conapacc não poderia endossar essa iniciativa. O presidente informa que, com certeza, depende do conselho, e sugere essa questão como proposta de pauta para próxima reunião, e sugere convidar a prefeitura para apresentação do projeto ao Conapacc.

**Pauta 2: Plano de Recuperação do Rio Persinunga.** O Conselheiro Leonardo explica o teor da moção de apoio para o ICMBio compor o Conselho Municipal de Proteção Ambiental de Maceió. O Conselheiro sugere a criação de um Grupo de Trabalho para visitar a área, e realizar estudo socioambiental, e sugere apoio do Projeto Terramar. O Conselheiro Luiz Claudio reforça a ideia e informa que o Rio Persinunga está se tornando uma língua negra, o rio mais poluído da costa dos Estados de Alagoas e Pernambuco. O Conselheiro Sérgio Lira informa que quer participar do Grupo de Trabalho. O Conselheiro Eduardo sugere convidar o MPE de Alagoas. O Conselheiro Lucas secretaria se coloca a disposição para integrar-se ao Grupo de Trabalho. A conselheira Andrea informa que a secretaria de Pernambuco também se coloca a disposição para compor o Grupo de Trabalho. O presidente informa que o Grupo de Trabalho pode ser misto com duração de 6 meses, prorrogável por mais seis meses, e o coordenador e relator tem que ser eleitos pela plenária. A plenária aprovou por unanimidade os Conselheiros (as) componentes do Grupo Trabalho: Andrea Olinto, Fabiana Cava, Leonardo Messias, Eduardo Barreto, Luiz Cláudio, Lucas Silveira, Lessa, Jéssica Faria, Rivaldo ficou de indicar alguém do Ibama, Andre ficou de indicar alguém do Ima. Foi aprovado pela plenária o Leonardo Messias como Coordenador e a Fabiana Cava como Relatora. O presidente estipulou uma semana para indicações, e sugeriu-se um agenda tentativa para primeira quinzena de dezembro.

**Pauta 3: Moção de apoio participação do ICMBio no Conselho Municipal de Proteção Ambiental de Maceió (Compram).** (Anexo II) O Analista Ambiental

151 Ulisses, disse que a proposta é do Instituto Biota, e informou que o Compram ficou  
152 desativado por muito tempo, e foi reativado recentemente, por isso o Instituto Biota  
153 indicou a importância do ICMBio compor esse conselho. O analista informou que nas  
154 áreas de Pescaria até Sauaçu, muito pouco se fez para gestão ambiental. O Compram,  
155 no primeiro momento, não concordou com a participação do ICMBio, e essa moção é  
156 para enviar à prefeitura de Maceió, pois o MPE contestou a composição do conselho. A  
157 moção foi aprovada por unanimidade pela plenária.

158  
159 **Pauta 4: Criação do Grupo de Trabalho dos Comdemas.** O Analista Ambiental  
160 Ulisses informa que essa pauta foi proposta pelo Instituto Biota, e o Grupo de Trabalho  
161 teria função de elaborar plano de trabalho incluindo elaboração de minuta sobre fundo  
162 municipal do meio ambiente, de cartilha para fortalecimento dos conselhos, e seminário  
163 com esse tema. O Conselheiro Luiz Claudio, apoia, e diz da evidente falta capacidade  
164 dos municípios para criação dos conselhos municipais, e acrescenta que o trabalho tem  
165 que ser capitaneado pelo prefeito, e é muito importante para o ordenamento da visitação  
166 das piscinas naturais. A Conselheira Beatriz, apoia, e relembra o tema do Icms  
167 Ecológico, e diz que o grupo de trabalho pode propor ao estado essa política, discutir  
168 com os municípios o retorno financeiro. O Analista Ambiental Ulisses fala da  
169 importância da criação do Grupo de Trabalho, pois, segundo sua experiência consiste  
170 numa das demandas mais frustrantes, e informa que os municípios tem realidades  
171 distintas, e não tem equipes técnicas. O analista acrescenta que o Comdema pode trazer  
172 bons resultados, por acordos de cooperação. O presidente encaminha à plenária essa  
173 proposta. O Conselheiro Sérgio Lira indica Marcelo Rodrigues, Luciana Salgueiro  
174 indica Bruno do Instituto Biota. O Conselheiro Eduardo Barreto diz que compões o  
175 Grupo de Trabalho. A Assessora Técnica do Terramar, Fabiana Cava diz que compõe o  
176 grupo, A Bolsista do GefMar, Carolina Neves, também diz que compõe os grupo. A  
177 Conselheira Andrea ficou de indicar alguém do CPRH, e a Conselheira Izabel informa  
178 que participa do grupo. A Conselheira Beatriz diz que falta sensibilização das  
179 prefeituras. O Conselheiro Rivaldo diz da importância sensibilização das prefeituras, e  
180 que talvez possa ser feita consórcio para agilizar o processo. A Conselheira Jéssica  
181 confirma participação no grupo. O Analista Ambiental Ulisses indica a Maria Eduarda  
182 para compor o grupo, a Conselheira Solange se compromete em levar essa discussão  
183 para reunião do Consorte, ocasião em que abrirá fala para o Conapac, na próxima  
184 segunda em Porto Calvo. O Analista Ambiental Ulisses diz que criar o grupo para fazer  
185 plano de trabalho culminaria com um seminário. O Analista Ambiental Eduardo fala da  
186 importância da presença de alguém de Tamandaré, cita a experiência Ircos. A plenária  
187 aprovou a Fabiana Cava como coordenadora, e a Conselheira Jéssica com relatora do  
188 grupo. A Conselheira Solange informa que a Associação de Jangadeiros de São Miguel  
189 dos Milagres quer participar do grupo.

190  
191 **Pauta 5: Plano de Ação do Conapacc para 2018.** O Analista Ambiental Ulisses  
192 realiza apresentação (Anexo III). A Conselheira Beatriz, informa sobre o III Congresso  
193 Mundial de Pesca Artesanal, em outubro de 2018. O presidente informa que pode tentar  
194 viabilizar via GefMar. O Conselheiro Severino informa sobre intercâmbio da Apa  
195 Baleia Franca, e acrescenta que o Grupo de Trabalho dos Comdemas devia estar sendo  
196 discutido no âmbito da Câmara Temática da Gestão Sociambiental, e a criação de  
197 grupos de trabalho desanima quem participa das Câmaras Temáticas. O Analista  
198 Ambiental Ulisses informa do intercambio com unidades de conservação do sul da  
199 Bahia, e do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, e sugere que  
200 conselheiros escrevam trabalhos para o evento. O Conselheiro Joab disponibiliza espaço

no Ifal, Campus Maragogi, para realização de reuniões do Conapacc, das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho. A plenária aprova o Plano de Ação do Conapac para 2018.

**Pauta 6: Resultados da Tese da Dra. Beatriz Mesquita.** Apresentação da Conselheira Beatriz (Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais>) Após a apresentação foi realizada discussões sobre a pesquisa. O Conselheiro Fabiano parabenizou a pesquisadora e considerou algumas questões levantadas, a exemplo da diferenciação entre pesca artesanal e pesca industrial, na Política da Pesca, baseada na Tonelagem de Arqueação Bruta, e acrescentou que essa categorização não dá conta da realidade da pesca na Apacc. A Convidada Simone parabeniza a pesquisadora e comenta que os matérias de pesca, como o nylon estão entre os maiores poluidores dos oceanos, e questiono como a pesquisa considerou a questão dos territórios de pesca. O Conselheiro Leonardo comenta que uma comparação realizada por estudos na pesca, em Tamandaré, entre os anos de 1999 e 2016, a propulsão a vela desapareceu, e aumentou a pesca de mergulho com mais tecnologia, com uso do arbalète. A Conselheira Paula parabenizou o trabalho e comentou que 80% dos estômagos de tartarugas contém material de pesca. O Analista Ambiental Eduardo comenta que o mergulhador não se considera pescador e que a Colônia de Pescadores não consideram os mergulhadores como pescadores e isso dificulta a gestão. O presidente agradece a apresentação e encerra a reunião.

## ANEXO I

Recomendação nº 01/2017-CONAPAC

Ao **Dr. Ricardo José Soavinski**

DD. Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhor Presidente,

Considerando a solicitação da Prefeitura Municipal de Maragogi, para que seja criada a Zona de Visitação (ZV) de Ponta de Mangue (Processo SEI nº 02070.004986/2017-45), este Conselho apresentou manifestação favorável ao pleito, sugerindo a celebração de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) até que fosse concluída a Revisão do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais, conforme discussão e encaminhamentos registrados na Memória da 23ª Reunião (Ordinária) do CONAPAC, em anexo.

Considerando a nova orientação da Direção do ICMBio para que a Zona de Visitação de Ponta de Mangue seja criada através de uma revisão pontual do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais, em função do caráter urgente do ordenamento da visitação turística naquela localidade, tendo em vista o elevado número de visitantes diário e a necessidade de salvaguarda da biodiversidade e dos recursos naturais desta Unidade de Conservação, pelo que este Conselho manifesta CONCORDÂNCIA. Destarte, com vistas a evitar maiores prejuízos à conservação da biodiversidade dos ambientes recifais e garantir o tratamento equânime entre as municipalidades e os atores locais, o PLENÁRIO deste Conselho, aprova este documento de forma consensual, e vem apresentar à Vossa Excelência, as seguintes recomendações:

1. Após a criação da ZV de Ponta de Mangue, através de uma Portaria de alteração do Plano de Manejo, a subsequente Portaria de Ordenamento do Uso Público deve contemplar, conjuntamente, o ordenamento das Zonas de Visitação de Ponta de Mangue e de São José da Coroa Grande e o ordenamento da visitação às piscinas naturais na Zona de Conservação do Peixe-boi (nos municípios de São Miguel dos

Milagres e Porto de Pedras), haja vista que estas últimas foram criadas em 2013, mas até a presente data não foi realizado o seu devido ordenamento.

2. Entendemos ainda que, devido as características ambientais e socioeconômicas da região, o ordenamento da visitação às piscinas naturais de Ponta de Mangue/Maragogi, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres deve orientar para um Turismo de Base Comunitária e de baixo impacto, operado exclusivamente porjangadas tradicionais da região e conduzidas por comunitários residentes nos locais. Apenas assim será possível reduzir o impacto da visitação nestas áreas e ao mesmo tempo gerar renda para as comunidades locais.

Acreditamos que estas ações devem ser paralelas e coordenadas para que tenhamos êxito, tanto para a conservação da biodiversidade da APA Costa dos Corais, quanto na distribuição dos benefícios e dos custos socioambientais.

Sendo estas as recomendações aprovadas, em consenso, pela Plenária do Conselho Gestor da APA Costa dos Corais, no Auditório do Hotel Albacora, Japaratinga (AL), em 09 de Novembro de 2017, subscrevemo-nos.

P.S.: em anexo, Memória da 23ª Reunião (Ordinária) do CONAPAC e Lista de Aprovação da Recomendação nº 01/2017-CONAPAC, aprovada na 24ª Reunião (Ordinária) do CONAPAC.

## ANEXO II

Moção de Apoio nº 01/2017-CONAPAC

### **MOÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACEIÓ (COMPRAM)**

Senhor Prefeito,  
Senhores Vereadores,

O Conselho Gestor da Área de Preservação Ambiental Costa dos Corais (CONAPAC), sediado à Rua Samuel Hardman, S/N, Tamandaré-PE, CEP: 55578-000. Tel.: (81) 3676-2357, vem manifestar seu interesse e integral apoio à participação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação (ICMBio) na composição do Conselho Municipal de Proteção Ambiental de Maceió (COMPRAM), tendo em vista que a unidade de conservação federal em questão abrange território deste município.

Entende, assim, que o acompanhamento das atividades e a participação do ICMBio, na condição de órgão gestor das unidades de conservação federais e de proteção à fauna ameaçada e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), nas deliberações do COMPRAM é essencial para o alcance dos objetivos institucionais e estratégicos da APACC, tanto constantes em seu Plano de Manejo, como em seus planejamentos estratégicos e planos de trabalho, tudo com o objetivo maior, comum com todos os entes federados e a comunidade em geral, de alcançar o desenvolvimento sustentável e demais princípios ambientais nacionais e internacionais, especialmente aqueles previstos no art. 225 da Constituição Federal.

Por esta razão, consideramos, assim, salutar que seja aprovada a participação Instituto na composição do Conselho, razão pela qual demonstramos **apoio à sua candidatura**, ao tempo em que registramos nossos votos de elevada estima e consideração, colocando-nos à disposição para esclarecimentos e parcerias que sejam do interesse deste ente municipal.

Esta Moção de Apoio foi aprovada, por unanimidade, pela Plenária do Conselho Gestor da APA Costa dos Corais, no Auditório do Hotel Albacora, Japaratinga (AL), em 09 de Novembro de 2017, pelos conselheiros subscritos.



### ANEXO III

## PLANO DE AÇÃO DO CONAPAC 2018

Aprovado na 24ª Reunião Ordinária em Japaratinga, 09/11/2017

O QUE?	COMO?	COM QUEM CONTAMOS	QUANDO E ONDE?	FORMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
CAPACITAÇÃO CONTINUADA:	Promover a construção coletiva e a disseminação do conhecimento através das oficinas de revisão do plano de manejo e das ações das CTs/GTs	Equipe da APACC e parcerias público-privadas; equipes das CTs e GTs integradas por representantes de diversas instituições.	Contínuo. Também serão realizados momentos de capacitação durante as reuniões ordinárias do CONAPAC para apresentações de pesquisas e estudos de interesse da UC.	Nº de atividades e nº de conselheiros participantes (relatórios e listas de presença)
REUNIÕES PLENÁRIAS	Realizar 3 reuniões ordinárias e 1 extraordinária	Presidência e Secretaria do CONAPAC, apoio logístico-administrativo da equipe da APACC, recurso Projeto Toyota APA Costa dos Corais.	<b>25ª Reunião (ordinária): 15/03/2018(quinta-feira), CEPENE, Tamandaré(PE).</b>  <b>26ª Reunião (ordinária), 07/06/2018 (quinta-feira), Maragogi ou Japaratinga/AL.</b> Pauta principal: - Apresentar, receber contribuições e validar o pré-zoneamento (zonas e normas gerais) da APACC; - Eleger 9 conselheiros representantes do CONAPAC para a Oficina final de Revisão do Plano de Manejo. Obs.: <u>Oficina será em Setembro.</u>	% de participação nos assentos e nº de conselheiros titulares e suplentes presentes; questionário de avaliação anual aplicado aos conselheiros e gestores

			<b>27ª Reunião (ordinária):</b> <b>08/11/2018 (quinta-feira), Maceió(AL).</b> Pauta principal: - Validar versão “final” do Plano de Manejo	
REUNIÕES DAS CTs E GTs	Garantir o aprofundamento técnico dos conselheiros na elaboração de propostas e pareceres para a gestão da UC.	Coordenação das CTs, com apoio técnico da Secretaria, apoio logístico da equipe da APACC, apoio financeiro do Projeto Toyota APA Costa dos Corais.	A definir pelas CTs e GTs até 25ª Reunião do CONAPAC. Garantir realização das reuniões, conforme planejamento específico. CT de Biodiversidade (precisar reestruturar devido saída da coordenação e alguns membros) - Seminário de Pesquisa CT de Gestão Socioambiental (precisar reestruturar devido saída de alguns membros) CT de Pesca (Coordenador: Severino Antônio/CPP, Relator: Vandick Batista/UFAL) - GT de Espécies Ameaçadas - Seminário de Pesca Artesanal CT de Turismo (precisar reestruturar devido saída da coordenação e alguns membros)	nº demandas encaminhadas X nº de propostas apresentadas ao Conselho
INTERCÂMBIO DE CONSELHEIROS	Garantir a participação dos coordenadores das CTs/GTs e da Secretaria do Conselho em eventos nacionais e internacionais, especificamente aqueles relacionados ao trabalho realizado, para apresentação de trabalhos ou treinamento.	Presidência, equipe da APACC, apoio do Programa GEF-Mar.	3º congresso mundial de pesca artesanal – 10/18 – Tailândia APA da Baleia Franca – pesca e plano de manejo Sul da Bahia – fortalecimento das comunidades (1.4 GEF-Mar) Congresso Nacional de Unidades de Conservação – CBUC	Relatório